



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 9 de abril de 2026

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Dólar Últimos	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
2,09% São Paulo	187.952	R\$ 5,102 (- 1,01%)	1º/abril 5,156 2º/abril 5,159 6º/abril 5,146 7º/abril 5,155	R\$ 1.621	R\$ 5,954	14,65%	14,58%	Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,16 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70
0,18% Nova York	192.201							

CASO VORCARO

Com Campos Neto, BC fez 31 alertas ao Master

Notificações foram enviadas entre 2022 e 2024, segundo relatório da Diretoria de Fiscalização. Banco só foi liquidado em 2025

» VINICIUS DORIA

As irregularidades praticadas pelo Conglomerado Prudencial Master, que tinha o Banco Master como empresa líder, e o agravamento da crise de liquidez da instituição financeira estavam no radar do Banco Central desde 2022, quando a Diretoria de Fiscalização da autoridade monetária identificou o descumprimento sistemático das normas que regem o Sistema Financeiro Nacional. Entre 2022 e 2024, último ano da gestão de Roberto Campos Neto como presidente do BC, a autoridade monetária encaminhou 31 ofícios ao Master com “determinações de ajustes de provisões, reforço de capital e melhoria das práticas de gestão”, segundo relatório da Diretoria de Fiscalização ao qual o **Correio** teve acesso. Desses ofícios, 18 foram expedidos entre 2022 e 2023. Em 2024, último ano de Campos Neto no cargo, o Master foi notificado 13 vezes.

Boa parte dessas notificações tratava da “reiterada incapacidade do Conglomerado de atender às exigibilidades de recolhimento compulsório sobre depósitos a prazo” — regra que obriga os bancos a depositar no BC, de forma obrigatória, uma fatia dos depósitos dos clientes. Para o BC, o descumprimento da norma foi um “indicativo eloquente” da incapacidade do Master de honrar seus compromissos.

Embora o atual presidente da autarquia, Gabriel Galípolo tenha defendido, ontem, em depoimento no Senado, a atuação de Campos Neto no processo (**Leia ao lado**), a liquidação extrajudicial do conglomerado, só começou a ser decretada pelo Banco Central em novembro de 2025, com Galípolo no comando. Mesmo assim, o grupo foi liquidado em fatias, começando pelo Master, que tinha 5,3 milhões de clientes apenas na carteira de crédito consignado. O BC avaliava que, pelo menos, duas empresas ligadas ao Prudencial Master poderiam ser vendidas, preservando os interesses dos clientes, em uma solução de mercado: a Will Financeira e o Banco Master Múltiplo, que

Carlos Vieira/CB/D.A. Press



Em depoimento na CPI do Crime Organizado, Galípolo defendeu a condução do processo do Master pelo seu antecessor no Banco Central

entraram em Regime de Administração Especial Temporária (Raet). Como não houve avanço na tentativa de repassar essas empresas a outras instituições financeiras, ambas também foram liquidadas extrajudicialmente, em janeiro e em março deste ano, respectivamente.

BRB

O anúncio de um acordo com o Banco de Brasília (BRB) para aquisição de participação no capital do Master, que poderia ajudar a melhorar o desequilíbrio financeiro da instituição, em vez de tranquilizar o mercado, piorou a situação. Segundo o relatório da Diretoria de Fiscalização, que fundamentou o voto pela liquidação extrajudicial

do Master, após o anúncio do fato relevante, em 28 de março do ano passado, em que o banco público do DF formalizou o interesse em se associar ao banco de Daniel Vorcaro, a situação do Master só se agravou.

O BC identificou “aumento significativo de negociações dos CDBs do Conglomerado no mercado secundário”, quando muitos investidores passaram a vender seus títulos com deságio, “restringindo ainda mais a capacidade de colocação de novos CDBs no mercado primário e, conseqüentemente, dificultando a rolagem do passivo do grupo”. Nessa época, o Master já estava proibido de vender CDBs com rendimento acima de 100% do CDI (taxa interbancária que segue

a variação da Selic). Nos bons tempos de captação, o banco chegou a oferecer 140% do CDI como remuneração de seus CDBs, sem conseguir alavancar recursos para honrar os compromissos.

A operação BRB-Master foi vetada pelo BC em setembro de 2025, após a fiscalização do BC constatar “indícios de fatos que configuram crime contra o Sistema Financeiro Nacional”, como a cessão ao BRB de créditos inexistentes. Esses “fatos” foram informados ao Ministério Público Federal em julho de 2025.

O Banco Central reconhece que, ao longo dos últimos quatro anos, “sempre vislumbrou” a possibilidade de uma “solução de mercado” para a crise do Master, que gerasse “menor custo para a sociedade,

quando comparada a medidas de saída forçada impostas pelo regulador” — intervenção ou liquidação extrajudicial.

No caso da Will Financeira, o BC esperava que a empresa fosse vendida para preservar o interesse dos clientes — em sua maioria, das classes C, D e E, com saldo médio de apenas R\$ 300,00. O principal mercado da financeira estava em cidades do interior do Nordeste, com menos de 100 mil habitantes. Em resposta a questionamentos feitos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o BC informou, em dezembro do ano passado, que a liquidação extrajudicial da Will “traria efeitos sociais extremamente adversos e dificilmente reversíveis”.

“Sigilo de 8 anos é regra”

» ALÍCIA BERNARDES
» FERNANDA STRICKLAND

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, defendeu, ontem, a manutenção do sigilo de até oito anos sobre informações relacionadas à liquidação do Banco Master e afirmou que a regra segue normas já estabelecidas no sistema financeiro. Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, no Senado, ele sustentou que o prazo de confidencialidade está previsto em resolução vigente e não representa exceção. “Antes, o sigilo era de dez anos para todos os bancos. Hoje, há diferenciação por porte, com oito anos para instituições menores”, explicou.

O presidente do BC também destacou que processos de liquidação costumam gerar disputas judiciais prolongadas e bilionárias, envolvendo tanto o BC quanto o Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Durante a oitiva, ele rebateu suspeitas de interlocução indevida com o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Questionado pelo senador Eduardo Girão, Galípolo negou ter mantido contatos telefônicos com o magistrado e afirmou que eventuais encontros ocorreram apenas de forma presencial e institucional, no STF, para tratar da Lei Magnitsky. “Jamais falei com o ministro por ligação telefônica”, declarou.

O presidente do BC também negou qualquer relação profissional com a advogada Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro. Segundo ele, não houve reuniões de trabalho ou contratos envolvendo sua atuação no caso. Galípolo afirmou ainda que não há registros, em auditorias internas, de irregularidades atribuídas ao ex-presidente da autarquia Roberto Campos Neto em decisões relacionadas ao Banco Master, incluindo a autorização societária concedida em 2019.

Ao tratar de uma reunião realizada no Palácio do Planalto em dezembro de 2024, Galípolo confirmou sua participação e detalhou o contexto do encontro, que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do empresário Daniel Vorcaro. Segundo ele, a principal exposição foi feita por Vorcaro, que alegou sofrer restrições no mercado financeiro. O chefe do BC afirmou, no entanto, que a narrativa não se sustentava tecnicamente. De acordo com Galípolo, Lula deixou claro que o tema deveria ser tratado exclusivamente pelo Banco Central, com base em critérios técnicos.

O dirigente reforçou que nunca recebeu orientações para favorecer ou prejudicar qualquer agente econômico e afirmou que a atuação da instituição foi pautada pela autonomia operacional. “A orientação foi agir com técnica, não proteger ninguém e não perseguir ninguém”, disse. Ele também mencionou pressões políticas e midiáticas ao longo do processo, além de um desgaste reputacional envolvendo o caso, posteriormente associado ao próprio controlador da instituição financeira.

Contratações milionárias

As declarações de Imposto de Renda do Banco Master apontam pagamentos da empresa de Daniel Vorcaro para uma série de empresas e escritórios de advocacia de dirigentes partidários, ex-ministros e até do ex-presidente Michel Temer. Os montantes, que compreendem R\$ 65 milhões pagos entre 2023 e 2025, de acordo com informações obtidas pelo jornal *O Estado de São Paulo*, estão discriminados em documentos da Receita Federal enviados à CPI do Crime Organizado, do Senado.

No período, o escritório de Michel Temer recebeu R\$ 10 milhões. “Como já declarei publicamente, não é segredo pra ninguém, meu escritório foi contratado nesse caso para uma atividade jurídica de mediação. O valor recebido pelo contrato foi de R\$ 7,5 milhões”, disse Temer, em nota.

As empresas dos ex-ministros

da Fazenda Henrique Meirelles e Guido Mantega receberam R\$ 18,5 milhões e R\$ 14 milhões, cada. Uma empresa de consultoria do ex-prefeito de Salvador e pré-candidato ao Governo da Bahia ACM Neto recebeu R\$ 5,4 milhões.

Mantega disse, por nota, que prestou “consultoria econômica financeira” para o Banco Master em 2024 e parte de 2025. “Quando firmei o contrato não tinha conhecimento de nenhuma irregularidade eventualmente cometida por essa instituição financeira”, diz a nota do ex-ministro. Meirelles também confirmou ter sido contratado pelo Master. “Mantive um contrato de serviços de consultoria sobre macroeconomia e mercado financeiro com o Banco Master, em caráter opinativo, entre março de 2024 e julho de 2025, diz a nota.

ACM Neto diz que sua empresa de consultoria prestou serviços de

maneira lícita ao Master, mas não quis tratar dos valores. “A referida relação comercial foi firmada sem que qualquer dos sócios da A&M ocupasse cargo público à época da formalização e execução do contrato”, diz a nota do ex-prefeito.

Esposa de Moraes

O escritório da advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, recebeu R\$ 80,2 milhões em pagamentos do Banco Master, em 2024 e 2025. Em nota, o escritório afirmou que “não confirma essas informações incorretas e vazadas ilicitamente, lembrando que todos os dados fiscais são sigilosos”.

Os valores declarados confirmam a relação comercial do Master com a mulher de Moraes, por meio do seu escritório.

Mariana Campos/CB/D.A. Press



Declaração de IR de Vorcaro aponta R\$ 80 milhões pagos a Viviane